

Curtir, engaja? Uma interlocução entre movimentos sociais e redes sociais

Autores: Firmino da Silva, Thalita; Olimpio da Silva, Érica Fernanda; Livia Vilar, Lemos; De Almeida, María Luciana*

Contacto: *luciana.almeida@upe.br

País: Brasil

Resumo

A sociedade vai incorporar procedimentos, nas escolhas e ações coletivas, que vão sendo revistos e reestruturados pela tecnologia social, em uma relação de intercâmbio. As redes sociais se converteram em espaços públicos essenciais para fortalecer atividades, ampliar alcance e desenvolver estratégias eficazes. Os movimentos sociais vivem em constante busca por espaços de atuação e para chegar a mais pessoas. Esta pesquisa qualitativa aborda questões relativas à atuação de movimentos sociais nas rádios e nas redes sociais, bem como o uso por estes movimentos de ferramentas elaboradas a partir da base teórica da Tecnologia Social. Para tanto foi analisado o projeto “ocupando as ondas do rádio: construindo a fala pública feminista e antirracista”, fruto de uma parceria entre uma organização não governamental e um coletivo feminino atuante na área de comunicação, ambos estruturados sob a ótica feminista. As evidências sugerem que a construção e execução do projeto foram estruturadas de forma coletiva e a partir de uma hierarquia de aprendizado horizontal entre as militantes participantes do projeto. Observou-se que as oficinas realizadas possibilitaram às participantes desenvolverem habilidades para a atuação em canais de comunicação, como rádio e redes sociais. Uma possível razão para este achado é o fato de as participantes melhorarem a sua compreensão acerca das características intrínsecas de cada canal, o que também resultou no crescimento do engajamento delas nas ações dos coletivos.

Palavras-chave: movimentos sociais; redes sociais; tecnologia social; engajamento.

1. Introdução

Como resposta direta às dificuldades, dores e conflitos no estabelecimento das relações sociais surgem os movimentos sociais, os quais alicerçam-se em “procedimentos característicos do processo reivindicatório [...] tais como as demonstrações, reuniões públicas e comunicados à imprensa”. Tais iniciativas possibilitam aos movimentos estabelecerem suas práticas, conquistarem espaços e atuarem enquanto entidades relevantes na promoção da igualdade social (Tilly, 2010 p. 142). Como consequência, muitas ações são estruturadas na busca por conquistar espaços de atuação, atingir e atender pessoas. Um exemplo a ser citado é a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável da Organização das Nações Unidas que congrega pautas já há muito debatidas por movimentos sociais.

Considerando o contexto, verificamos que as redes sociais se converteram em um espaço público essencial para fortalecer as atividades dos atores sociais no sentido de ampliar o alcance de suas ações e desenvolver estratégias de luta social eficazes. As redes sociais agrupam grande quantidade de perfis de organizações com diferentes portes e identidades linguísticas, promovendo um ambiente diverso e vasto em informações (Machado, 2007). Tão relevante quanto os espaços de atuação para os movimentos sociais é o uso de técnicas e ferramentas que desenvolvam sua atuação em si.

Uma abordagem relevante que pode ser utilizada nesta direção é a denominada tecnologia social. Nelson e Sampat (2001) entendem-na como uma abordagem que se propõe a apresentar propostas que envolvam rotinas que não busquem promover ou remeter a qualquer divisão do trabalho, mas sim, que tragam, em seu funcionamento, alguma estrutura que indique um modo de gestão coletiva. Já que “tal conceito é amplo suficiente para incorporar formas de organização” dentro de comunidades em geral, percebe-se que, como ferramenta na busca de soluções aos problemas sociais, a tecnologia social acaba refletindo a forma como a sociedade define-a e é definida por ela (CONCEIÇÃO, 2008, p. 102). Ao passo que a sociedade vai incorporando procedimentos que são utilizados no dia a dia, nas escolhas e na ação coletiva e que estes vão sendo revistos e reestruturados pela tecnologia social e (re)incorporados pela sociedade, há uma relação de intercâmbio.

Vemos propostos dois eixos relevantes: a maneira de organização interna dos movimentos sociais e sua atuação nas redes; e como se dá a relação destes movimentos sociais na perspectiva da tecnologia social. Essa pesquisa qualitativa analisa o projeto ‘Ocupando as Ondas do Rádio: construindo a fala pública feminista e antirracista!’. A ideia foi discutir os detalhes e nuances do projeto e assim perceber se essa interlocução propicia engajamento e difusão das pautas tratadas e dos movimentos sociais e se há empoderamento dos grupos e atores sociais envolvidos. O projeto ‘Ocupando as ondas do rádio: construindo a fala pública feminista e antirracista’ visou proporcionar a mulheres integrantes de coletivos e grupos parceiros um conjunto de oficinas sobre comunicação, produção de materiais gráficos e de áudio e fortalecimento da construção da fala pública feminista.

O projeto distanciou-se dos métodos tradicionais de comunicação e divulgação, adotando uma comunicação mediada pelas redes sociais digitais, as quais se tornaram ferramenta essencial para articulação de ações coletivas. Nessa conjuntura, as tecnologias digitais vêm transformando o cenário cultural, revelando novas formas de produção e de propagação de informação. Segundo Gohn (2016), seria através das redes sociais digitais que os conceitos e valores são compartilhados, sendo assim, necessário uma base para organização ou um movimento estruturado. Mesmo com a falta de solidez organizacional, existe uma grande potencialidade das “ações dos jovens causarem um impacto na sociedade e nas políticas públicas” (Gohn, 2018, p. 125).

2. Aspectos metodológicos

A produção de conhecimento e a revolução tecnológica trazem infinitas possibilidades de desenvolvimento que conduzem o processo de renovação do saber resultando em novas experiências para a coletividade (Lévy, 1999). O artigo partiu de uma pesquisa qualitativa que tem como principal característica dar voz aos participantes, possibilitando que estes sejam ouvidos e assim, se tornem sujeitos das ações pesquisadas (Denzin; Lincoln, 2006). Apresenta-se também como um caminho de registrar dados no ambiente social (Yin, 2016), visto que, “a abordagem qualitativa é um meio para explorar e para entender o significado que os indivíduos ou grupos atribuem a um problema social ou humano” (Creswell, 2010, p. 43).

Pretendendo alinhar-se aos conceitos discutidos anteriormente, contactou-se uma organização não governamental - ONG e um coletivo feminista, ambos atuantes na região metropolitana da cidade de Recife/Pernambuco, visto que essas entidades se envolveram diretamente com a realização do projeto. Para obtenção de informações acerca do projeto foram feitas várias consultas às entidades envolvidas em sua organização. A coleta de dados fez uso de entrevistas abertas, observação e análise documental.

Na primeira etapa, ocorreram as entrevistas abertas (conversas) com os responsáveis pela ONG e pelo coletivo feminino. O que serviu para mapear as características das organizações pesquisadas, compreender a forma de funcionamento, por quem elas são formadas e as relações internas e externas e de intercâmbio entre elas. Com as informações adquiridas nessas conversas, foi possível perceber a necessidade dos movimentos de buscar estratégias para conseguir um engajamento maior e uma participação mais ativa e se fortalecerem para assim fortalecer suas pautas.

Contudo, o foco principal foi a análise documental a qual permite agregar ao espaço/tempo a percepção do social, além de favorecer a observação dos processos de desenvolvimento de conceitos, grupos, indivíduos, comportamento, práticas e conhecimentos (Cellard, 2008). Foram analisados os seguintes documentos: pré-projeto, projeto, planos de atividade, cronogramas de execução, relatórios de execução, relatórios finais, materiais gráficos produzidos nas oficinas, entre outros materiais de divulgação.

É válido salientar que uma das autoras é ativista integrante de um coletivo e foi uma das participantes do projeto, contudo, na época não se tinha a ideia de desenvolver este estudo. Toda percepção da autora sobre o projeto se deu enquanto absorvia os conhecimentos construídos nas oficinas realizadas e da contribuição desses para sua atuação ativista, não havendo um olhar de pesquisadora, o qual foi desenvolvido quando na realização deste trabalho. Contudo, a sua percepção também trouxe dados obtidos por meio da observação participante e suas notas de campo, da participação nas oficinas e realização do projeto, que puderam ser agregadas ao trabalho consolidando a triangulação dos dados coletados por meio das entrevistas e sobretudo dos documentos analisados.

3. Redes sociais, movimentos sociais e tecnologia social

Ao longo do tempo nossa percepção sobre o espaço ocupado pelas redes sociais e mídias de comunicação, bem como sobre seus impactos na sociedade, foi se transformando. Se, inicialmente, rotulamos as redes sociais como um espaço somente direcionado para lazer e entretenimento, hoje, as entendemos como um espaço público, no qual além de entreter, é possível promover um ambiente para discussões sobre política e qualquer outro assunto. Atualmente, realizamos debates na esfera ideológica e social e trabalhamos as mais diversas pautas por meio das redes sociais. Nestes espaços, os comentários de todos são expostos, qualquer temática pode ser suscitada e há a predominância da disseminação das informações e da abertura igualitária, pelo menos em termos de acesso às plataformas, para o diálogo (Santos, 2017).

Sobre estas novas relações com os meios de comunicação, Jenkins (2009) ressalta que, a partir dos avanços vivenciados nos últimos anos, o consumidor detém o poder de questionar as informações que recebe por meio das mídias tradicionais, em suas redes sociais. Assim, o debate alcança mais pessoas, resultando em um alcance mais amplo. Com isso, percebemos que no passado os acessos à informação e à maneira de consumo eram mais restritos, tornando a dificuldade da democratização do conhecimento um fato constante. O que difere do contexto atual, que nos dá mais acesso e a possibilidade de autonomia, ao facilitar a busca por diferentes referências.

Ao revelar nas redes sociais seus anseios e dificuldades a fim de buscar a obtenção de seus direitos, a sociedade faz dessas redes seu espaço público, mesmo não sendo um espaço de predominante neutralidade e por vezes muito hostil. E isso se mostra relevante, pois “com a disseminação de conteúdos, notícias e a abordagem de pautas importantes” entende-se que “é no espaço público, ou esfera pública, que o debate acontece”. Isso porque é nele “onde as discussões sobre assuntos gerais são expostas, opiniões são formadas” e os indivíduos podem buscar a equidade ao reunir-se para debater e expor suas ideias (Santos, 2017, p. 11).

Contudo, “apesar do grande avanço das mídias sociais nas últimas décadas e da informação estar acessível para uma parte considerável da sociedade” no contexto brasileiro o nível de apropriação do uso da tecnologia pela população é preocupante. Isso porque vemos grandes dificuldades ao “considerar o compartilhamento de informações não confiáveis, no que tange aos estudos de gênero e sexualidade, bem como sobre o feminismo”, por exemplo, isso corrobora para a dificuldade de acesso a informações verídicas e de promoção de um debate aprofundado sobre as temáticas em voga (GOIS, 2021, p.13).

Logo, percebemos que são em decorrência dessas necessidades e demandas comuns que surgem as organizações e os coletivos. Para Castells (2013, p. 134) “os movimentos sociais surgem da contradição e dos conflitos de sociedades específicas, e expressam as revoltas e os projetos das pessoas resultantes de sua experiência multidimensional”. Propondo a construção de espaços para a comunicação autônoma e horizontal, os movimentos sociais acabam se tornando uma ferramenta de fomento a debates relevantes e de representação. Esses movimentos são característicos de uma sociedade plural, diversa e politicamente ativa na intenção de defender os interesses sociais (Santos, 2017).

Percebe-se tal fenômeno, no surgimento ou repercussão nas redes, de movimentos que levantam debates sobre empoderamento feminino e igualdade de gênero. A evidência de que essas discussões ganham potencial para transformar a sociedade é o fato de integrarem as agendas de relevantes organizações sociais com abrangência global. Um exemplo disso é a instituição dos 17 objetivos do desenvolvimento sustentável – ODS, da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas – ONU (2015), formulados a partir da identificação dos principais desafios para a promoção do desenvolvimento econômico e social no mundo. Os objetivos 5 (Igualdade de Gênero) e 10 (Redução das Desigualdades) são exemplos de alguns dos ODS que versam sobre os temas abordados no projeto analisado neste estudo e visam a erradicar a desigualdade racial e de gênero.

Atuando neste sentido, temos o associativismo localizado, caracterizado por associações civis, movimentos comunitários e sujeitos sociais envolvidos com causas sociais e/ou culturais do cotidiano ou que sejam, de alguma forma, voltadas a essas bases. Sendo expressão disso, as organizações não governamentais – ONGs, instituições comunitárias e associações locais ou setorializadas, como as ONGs feministas, ecologistas e étnicas. Têm-se também, os movimentos sociais de base local, que percebem cada vez mais a necessidade de articular-se com outros agrupamentos, que possuam identidade social e/ou política semelhante, a fim de ganhar visibilidade, produzir impacto na esfera pública e ajudar na obtenção de conquistas para a cidadania e promoção da igualdade social (Warren, 2006).

No cotidiano das ONGs diversas são as dificuldades relativas a como se organizar e como estruturar a sua atuação. Dado ao caráter múltiplo da sua formação e “expressando a diversidade de posturas quanto à autonomia em relação ao estado”, de maneira geral “essas organizações em rede abrem-se para a articulação da diversidade, mas com limites quanto à capacidade de absorção de posturas ideológicas ou políticas conflitivas”. Desse conflito interno de ideias e posturas “origina-se [...] uma tensão permanente no seio do movimento social entre participar com e através do Estado para a formulação e a implementação de políticas públicas ou em ser um agente de pressão autônoma da sociedade civil” (Warren, 2006, p. 114).

Por deter a possibilidade de reinventar-se em termos de identidade política e de gerar união, inclusive, por meio da diversidade, percebemos que além de ferramenta capaz de propiciar transformação social e de gerir conflitos internos, os movimentos sociais também “são fontes de inovação e matrizes geradoras de saberes”. Percebemos, adicionalmente, a “relação dos movimentos sociais com a educação, que existe a partir das ações práticas de movimentos e grupos sociais” e, portanto, ocorre quando há a “interação dos

movimentos em contato com instituições educacionais, e no interior do próprio movimento social, dado o caráter educativo de suas ações” (Gohn, 2011, p. 333-334).

Ao entendermos que as soluções desenvolvidas nos movimentos sociais são ou devem ser consubstanciadas na coletividade (Gohn, 2011) e, com isso, havendo um processo de construção social da realidade (Berger; Luckmann, 1967), percebemos que as redes sociais despontam como um espaço para ampliação dessa construção e do alcance gerado (Araújo; Penteado; Santos, 2015). Considerando que há, de alguma forma, a proposição do uso de tecnologias para geração de soluções para problemáticas e questões sociais (Neves, 2021), identificamos assim a discussão da ideia de tecnologia social.

Por sua vez, a Tecnologia Social propõe práticas que promovam a inclusão social, o olhar para a possibilidade da busca de resolução de questões do dia a dia, utilizando os saberes populares construídos coletivamente pela experiência e observação, como um resultado do somatório das vivências (Costa, 2013). Vivências essas que muitas vezes podem ser transpassadas por desigualdades extremas como a disparidade de gênero, racismo, LGBTfobia, pobreza, entre outras. Fica evidente a perspectiva de que “o crescimento é uma condição necessária, mas de forma alguma suficiente para se alcançar a meta de uma vida melhor, mais feliz e mais completa para todos”. Vê-se a necessidade de olhar para outros aspectos sociais, para além do desenvolvimento econômico por si só (Sachs, 2008, p. 13).

A tecnologia social sugere “uma proposta inovadora de desenvolvimento, considerando uma abordagem construtivista na participação coletiva do processo de organização, desenvolvimento e implementação”, fazendo isso por meio da conciliação entre “saber popular, organização social e conhecimento técnico-científico”. Tendo como base a divulgação e uso de soluções para “problemas voltados a demandas de renda, trabalho, educação, conhecimento, cultura, alimentação, saúde, habitação, recursos hídricos, saneamento básico, energia, ambiente, igualdade de raça e gênero, dentre outras [...]”. Tudo isso, dentro de uma lógica não exploratória em um modelo mais democrático e autônomo (Ministério da Ciência e Tecnologia, 2011, p.1).

Dagnino (2014, p. 23-24) advoga sobre como deveria ser uma tecnologia social: a) adaptada ao reduzido tamanho físico e financeiro; b) liberadora do potencial físico e financeiro e da criatividade do produtor direto; c) não discriminatória; d) capaz de viabilizar economicamente os empreendimentos autogestionários e as pequenas empresas; e) orientada para o mercado interno e de massa. De forma resumida, deve ser capaz de viabilizar economicamente empreendimentos autogestionários. Quanto mais os movimentos sociais utilizarem-se desta abordagem mais êxito eles terão em suas ações, sendo mais provável que consigam influenciar a formação de políticas públicas (Fonseca; Serafim, 2009). Posto que essa “perspectiva pluralista torna possível o reconhecimento dos conhecimentos locais, das soluções técnicas tradicionais mantidas por grupos e comunidades populares” (Garcia, 2014, p. 262). A tecnologia social traz em sua concepção a noção de empoderamento daqueles que fazem uso das soluções em seu dia a dia.

4. Projeto: “Ocupando as Ondas do Rádio: Construindo a Fala Pública Feminista e Antirracista!”

O projeto - Ocupando as Ondas do Rádio: Construindo a fala pública feminista e antirracista! - foi realizado nos dias 18 e 25 de março e 01 e 08 de abril de 2021 em formato online e em gênero de curso. As ações do projeto se constituíram em um conjunto de oficinas de curta duração que foram construídas com foco no fortalecimento das militantes e ativistas. O público-alvo foram as integrantes das militâncias e grupos de organizações parceiras de militância, tendo como foco as integrantes do Fórum de Mulheres de Pernambuco, grupo feminista estruturado pela igualdade de gênero, pertencente à Articulação de Mulheres

Brasileiras – AMB. São 35 anos de existência do Fórum de mulheres de Pernambuco, e durante esses anos tiveram diversas transformações e adaptações, que possibilitaram o desenvolvimento de um processo de construção de identidade coletiva, que vai muito além de um único evento. A identificação coletiva carrega uma sensação de um sentido comum e de compromisso partilhado ao qual permite às organizações e ativas uma ligação indissolúvel entre si, visando uma causa em comum (Della Porta e Diani, 2006).

O período compreendido da ação do projeto foi durante a pandemia do Covid-19, em que ficou marcado como um cenário de incerteza e diversas dificuldades. Em decorrência da necessidade de restringir o poder de contaminação do vírus foram empregadas medidas de controle sanitário em todo mundo, em que a interrupção das atividades econômicas foi a principal linha de ação como forma de reduzir o contágio do vírus. Como consequência a curto e médio prazo, aumentam problemas socioeconômicos, como dificuldade de geração de renda, acesso à alimentação e à educação, incluindo o aumento dos casos de violência doméstica. (Kuckertz et al, 2020; Valente e Rodrigues, 2021). Como consequência, as mídias sociais passaram a ser o principal meio de socialização e interação entre as pessoas, durante esse período com a realização de diversas lives, shows, campanhas de arrecadação de recursos (Donthu e Gustafsson, 2020).

As plataformas digitais e redes sociais utilizadas no projeto para divulgação e transmissão de parte do evento, foram o *Facebook*, *e-mail*, *Google formulários*, *Twitter*, *Whatsapp*, *Youtube* e *Instagram*. Esses canais são usados pelas organizações para impulsionar o engajamento e aumentar o interesse dos usuários, além de, contribuir com a relação do “on-line” com o público (Parveen et al., 2015). Em síntese, possibilita aos usuários a criação e compartilhamento de conteúdo, além de troca de informações de forma rápida e direta (Zhang et al., 2018). Um bom exemplo de engajamento do FMPE é o *Instagram*, que desde julho/2019 vem trazendo discussões para as redes, em maio/2023 possui 14 mil inscritos. Durante os eventos as participantes são estimuladas a fazer postagens em suas redes sociais marcando o FMPE, com o intuito de engajamento e de novos inscritos.

A título de exemplo os eventos e ações realizadas pelo FMPE são: o encontro das domésticas do agreste de Pernambuco; acervo de imagens do fórum para a pesquisa rastros e levantes; articulações de mulheres em atos públicos pela dignidade de viver; rodas de diálogos sobre temas como, democracia e direito, contra a violência obstétrica, racismo, feminicídio, trans feminicídio, questões do aborto, intolerância religiosa e políticas públicas de enfrentamento da violência contra as mulheres; discussões sobre legislações voltadas para mulheres; campanhas de arrecadação de alimentos e roupas; realização de festivais de músicas com batucadas formada exclusivamente por mulheres; criação do dossiê de violência contra as mulheres de Pernambuco; ações com educadores voltada para crianças. Além de realizar twittaço abordando os temas em discussão utilizando uma hashtag única para cada evento.

Toda pluralidade na forma de ler a realidade social por cada integrante dos coletivos, bem como o caráter educativo dos movimentos sociais, em si, proporcionam um ambiente de autoconhecimento. As oficinas e espaços de diálogo foram ancorados em três eixos temáticos constituídos por pautas recorrentes na militância das ONGs e coletivos participantes, a citar: feminicídio, saúde reprodutiva e pobreza das mulheres, realizados pelo Grupo Curumim em parceria com o Grupo Cactos. O projeto contou com o aporte financeiro do *British Council*.

O Grupo Curumim é uma organização não governamental feminista que desenvolve projetos de fortalecimento da cidadania das mulheres em todas as fases de suas vidas. Esse coletivo tem como enfoque de atuação as áreas de direitos humanos, saúde integral, direitos sexuais e reprodutivos, igualdade étnico-racial e de gênero, justiça social e democracia. Ele foi fundado em 11 de agosto de 1989, quando executava

projetos voltados para a educação popular em saúde e sexualidade e prevenção de Doenças Sexualmente Transmissíveis – DST's, sobretudo a Síndrome da imunodeficiência adquirida (*Acquired Immunodeficiency Syndrome*)– AIDS. Atualmente, vem trabalhando mais focado em adolescentes e jovens no aprimoramento da atenção à saúde materna. Esta ONG conta com profissionais da área de educação, saúde, antropologia e representantes do público beneficiados por suas ações, tais como: parteiras, adolescentes e jovens, mulheres vivendo com AIDS e mulheres lésbicas.

Já o Grupo Cactos atua por meio da promoção de formação política, articulação e mobilização de mulheres adultas e jovens que sejam multiplicadoras dos conteúdos das formações e de alguma forma se integrem e participem de ações políticas e sociais. O Cactos fica localizado no município do Paulista-PE, foi fundado em março de 2002, é formado por mulheres e tem como base orientadora de sua atuação o feminismo.

Participaram das oficinas os agrupamentos de todas as regiões que compõem o Fórum de Mulheres de Pernambuco - FMPE, quais sejam: FMPE Região Metropolitana de Recife, FMPE Pajeú, FMPE Agreste, FMPE Araripe e Articulação de Mulheres da Mata Sul. Também participaram integrantes de coletivos de movimento social de atuação regional, parceiros do FMPE, a citar: Grupo Curumim, Grupo Cactos, estes idealizadores e realizadores do projeto; Coletivo Mariú, Coletivo Cabras, Coletivo Pão e tinta. Além de instituições como a Livroteca Brincante do Pina e Rede Nacional de Feministas Antiproibicionistas - RENFA, ambas representadas por meio de dupla militância, ou seja, militância ativa em mais de um coletivo e/ou área de atuação.

Todos os coletivos tiveram representantes participando ativamente e colocando suas experiências, com o intuito da participação ativa e da construção de um saber local, coletivo e múltiplo. A ideia proposta pela organização do projeto foi formar o saber coletivamente, dentro do espaço proposto, já que “nestes sistemas cada vez mais baseados em informação, a ação coletiva [...] oferece outros códigos simbólicos ao resto da sociedade”. Isso porque as realidades de cada indivíduo são plurais e dinâmicas e, assim, não seria interessante propor oficinas desconsiderando a experiência dos coletivos. Esta construção foi feita pela subversão ao modelo dominante posto na sociedade, sendo pensada por meio de modelos de ações que priorizam a comunicação (Melucci, 2007, p.40).

Para receber as inscrições e proporcionar um contato inicial com o público-alvo, as realizadoras elaboraram um formulário online, no qual era possível que as mulheres inscritas apresentassem suas expectativas sobre as oficinas que seriam disponibilizadas. A seleção para participação no projeto foi feita com base nas informações do formulário, tendo como critério à verificação de que a militante, com intenção de participar das oficinas, fosse integrante de um ou mais coletivos e/ou grupos parceiros do FMPE, da AMB e do Grupo Curumim; e que a mulher inscrita já estivesse envolvida em algum processo de comunicação, seja popular ou de mídia convencional.

A ideia era formar um grupo de mulheres que fosse atuante o bastante para saber as nuances de sua realidade e que tivesse potencial para se apoderar do conhecimento e o disseminar em suas esferas de atuação, se tornando agentes de mudança. Logo, a partir das informações coletadas, seria possível montar as grades dos cursos contemplando as temáticas relevantes para as participantes e com grande possibilidade de uso em suas atuações, de maneira mais satisfatória.

Após a seleção, teve início o processo formativo cuja intenção foi contribuir para que as integrantes dos grupos e organizações parceiras ampliassem a sua capacidade técnica e política em sua atuação militante. Os temas das oficinas foram pautados por: feminicídio, saúde reprodutiva e pobreza das mulheres.

Para definir os principais temas a serem abordados e questões a se trabalhar nas oficinas, a equipe do projeto levou em consideração os ODS, pois eles são relevantes diante do que propõe a atuação dos coletivos

e ONGs e considerando a proposta apresentada à AMB. ODS 3 - Boa Saúde e Bem-estar: Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades, o qual foi trabalhado por meio da abordagem de tópicos relativos aos Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos das mulheres. ODS 5 - Igualdade de Gênero: Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas, foi principalmente abordado dentro da perspectiva do tema de combate ao feminicídio. ODS 10 - Redução das Desigualdades: Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles, foi pensado ao incluir a temática da pobreza, a qual é enfrentada por mulheres, especialmente com a chegada da pandemia da Covid-19. ODS 16 - Paz, Justiça e Instituições Fortes: Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis, se relacionou com as três temáticas acima citadas, ou seja, com os três eixos trabalhados dentro das discussões e na construção das oficinas, sendo refletido nos materiais produzidos (ONU, 2015).

Para sistematizar o curso e montar a experiência do projeto foram elaborados os programas de cada oficina. O propósito foi o de que as participantes desenvolvessem a capacidade de replicar os diálogos, acarretando o fortalecimento dos coletivos aos quais pertencem e, por conseguinte, das comunidades em que estes atuam. Promovendo um aprendizado prático, local e possível de ser disseminado, a expectativa era que também houvesse uma maior atuação nas discussões regionais das pautas em questão, por meio de encontros virtuais e da elaboração de material, fortalecendo, assim, os movimentos. Destaca-se ainda, a participação de ativistas parceiras no processo de mobilização e articulação junto às demais ativistas participantes, retomando, assim, alianças entre AMB e o Curumim e fortalecendo vínculos, entre estes entes e outros coletivos.

A primeira formação foi uma oficina sobre a importância da fala pública e estratégias para comunicar por meio do rádio e das redes sociais. Neste primeiro encontro foi escolhida uma abordagem introdutória, com diálogos sobre a relevância da fala pública para conectar as pautas de militância com a audiência e envolveu orientações sobre como pautar as lutas dos coletivos e ONGs nas redes sociais e nos rádios, tanto convencionais quanto comunitárias.

Contudo, durante o encontro emergiu como sugestão, por parte de algumas participantes, a proposta de que fosse abordada também a temática das rádios de poste. Em uma referência de conhecimento de uso local, já que as rádios de postes podem cumprir uma importante função social aproximando-se, em termos de relevância, das rádios comunitárias ao contribuir para uma formação cidadã, oferecendo informações de utilidade pública, cultural e social. Tendo, assim, no Nordeste e geralmente em cidades dos interiores do país, uma função social, ao produzir conteúdos em áudio para comunidades que, às vezes, não possuem acesso às informações transmitidas por outras mídias, como jornais e internet (Mesquita e Mustafá, 2021).

No segundo encontro, a temática abordada na oficina teve como tema a construção de narrativas para entrevistas de rádio e os conteúdos desta formação foram o público e as questões/temas a serem abordados nas entrevistas. Ao iniciar, no momento dos informes, foi comunicado às participantes que o programa já elaborado para as oficinas seria reformulado a fim de que a temática rádio poste fosse incorporada a partir da próxima oficina. Seguindo com as atividades já programadas, este segundo encontro foi realizado propondo alguns temas a serem trabalhados nas mídias e pensando o público-alvo das emissoras de rádio. Durante suas atividades, assim como, nos demais encontros, foram propostos vários momentos para proporcionar rodas de conversa, abrindo o diálogo a cada informação ou conhecimentos apresentados.

Os últimos dois encontros virtuais também foram oficinas e ambos versaram sobre a produção de material de comunicação para incidência política nas redes sociais, focando em entrevistas on-line e gravadas.

Nestes encontros ocorreram às atividades sobre rádio poste, rádios que veiculam programação por meio de sonorização em postes nas ruas ou praças, também chamadas de rádios comunitárias com fios, sugeridas pelas participantes, e as atividades que já estavam previstas sobre rádios comunitárias convencionais e redes sociais. Propondo também uma conexão entre as temáticas e pontuando que nos últimos anos o rádio passou por algumas mudanças, tendo se transformado e se reinventado com as tecnologias e a internet. Estas mudanças tornaram possível que as rádios pudessem ser ouvidas ao vivo por outros equipamentos, isto é, pelo computador, pelo celular, por canais de TV por assinatura, assim como em plataformas de streaming e pelas redes sociais (Kischinhevsky, 2016).

Logo, como resultado obteve-se a produção de *spots* de alguns *cards*, elaborados pelas participantes das oficinas, nas temáticas propostas de combate ao feminicídio, pobreza das mulheres e educação e saúde das mulheres. Na figura 1 são apresentados alguns dos *cards* produzidos.

FIGURA 1. Cards produzidos pelas participantes do projeto



Fonte: Relatório final com o projeto Ocupando as Ondas do Rádio (2021).

Estes cartazes trazem as temáticas abordadas nas oficinas, colocando em pauta a fala das militantes em formato de imagem, criando outra mídia, facilmente, compartilhada pelas redes sociais e possibilitando uma maior difusão das pautas já discutidas pelas ONGs e coletivos sociais. As demais expectativas traça-

das, a médio e longo prazo após a realização do projeto, centram-se na esperança de que haja um aumento no número de militantes, que participarão de entrevistas ou em debates representando a AMB/Fórum de Mulheres, bem como na representação das instituições parceiras. Ou seja, a ideia é que haja não só engajamento, mas que esse seja fortalecido e multiplicado. Com estes aportes para a discussão em espaço público e melhoria do alcance ao levantar pautas relevantes ao movimento, espera-se, também, avanços nas alianças e parcerias locais.

Ao analisar esta programação, é possível perceber como os coletivos e a ONG se estruturam internamente e estas entidades buscaram proporcionar o diálogo entre as suas integrantes, vislumbrando a construção do saber de forma coletiva, por meio da troca de experiências, mediada por uma temática comum. Este tipo de construção do saber configura experiências inovadoras que promovem o desenvolvimento de técnicas e métodos participativos, orientados para a inclusão social e são portadoras de grande potencial de transformação, o que não estava tão presente em outros períodos históricos e agora, emerge abarcado no conceito de tecnologia social (Bava, 2004).

Com o término da realização das oficinas e da produção dos *cards* e *spots* foi pedido, pela organização do projeto, que as participantes fizessem uma breve avaliação online. A ideia era que elas postassem depoimentos por meio de textos pequenos na plataforma digital utilizada pelo projeto. Assim, elas foram incitadas a falar sobre a vivência que tiveram e as suas percepções acerca de como as abordagens e os conteúdos apresentados durante o projeto adicionaram às suas experiências pessoais e suas atuações como militantes. Para uma das participantes, “foi muito bom, tanto a troca com as companheiras de afeto mesmo, quanto aos assuntos debatidos”. Essa fala acaba ressaltando a relevância do afeto e maneira de construção dos encontros, junto aos assuntos expostos. Outra participante converge nesta direção, como explicita em seu depoimento: “além da formação o espaço foi de acolhida e fez muita diferença no nosso atual contexto”.

De acordo com relatos apresentados pela organização do projeto, durante o processo de formação, as companheiras mostraram maior engajamento nas ações locais, em entrevistas e em debates internos. Em ocasião das oficinas surgiu a proposta de que fossem feitas algumas visitas às rádios locais, comunitárias e independentes. As visitas às rádios contribuíram para o contato e firmamento de alianças entre os agrupamentos regionais, coletivos, militantes e os meios de comunicação. Ainda sobre o aumento da participação das militantes nos momentos de fala e comunicação, as equipes coordenadoras da ONG e coletivos envolvidos relataram que em evento nacional de debate interno de pautas, realizado pela AMB, estiveram presentes companheiras que também participaram do projeto. Houve um aumento perceptível pelas próprias militantes na participação em debates formativos

5. Reflexões finais

O enfoque dado à descrição e análise de um projeto social como o ‘Ocupando as ondas do rádio: Construindo a fala pública feminista e antirracista!’, fornece uma base de observação das relações de agentes coletivos e individuais e suas atuações, principalmente nas redes sociais e nos novos ambientes virtuais de comunicação. Por meio das informações expostas foi possível observar como as oficinas e o projeto, em si, puderam criar um ambiente que fornecesse subsídios para a construção de habilidades pessoais de comunicação das ativistas. E, também, que fosse relevante para ajudar na construção colaborativa de conhecimentos e coaduna-se no aumento da participação dentro da ONG e dos coletivos. Construção, essa, possível por meio das bases fornecidas pela tecnologia social, tais como construção coletiva, democrática e replicável pelas próprias ativistas partícipes.

Evidenciando, assim, ainda mais, a força da atuação coletiva, na construção dos movimentos sociais. Neste contexto, para refletir o uso da tecnologia social discute-se dimensões de tecnologia social e suas inserções no âmbito do objeto em análise. Dimensão do conhecimento, ciência, tecnologia, presente no projeto e nesta pesquisa quando parte de inquietações a partir de comunidades. Dimensão da participação, cidadania e democracia, percebida quando o projeto, por meio da comunicação, promove cidadania e democracia, e este objeto de pesquisa gera discussão para que seus saberes permitam a disseminação e reaplicação. E, por fim, as dimensões da educação e da relevância social, expressas quando o projeto social realiza um processo pedagógico por inteiro e este trabalho propõe um diálogo entre saberes, populares e científicos, na intenção de que sejam apropriados pelos grupos locais.

Para isto, a presente pesquisa vem fornecer esta base de parâmetros para reflexões que poderão ser de utilidade para uso interno dos próprios movimentos sociais, que se deparam com um novo cenário sociopolítico apontando para “as renovações das percepções acerca da democracia e o desafio de buscar respostas às indignações [...]” (Dantas; Teixeira, 2020, p. 6). Para este cenário, novas tecnologias como a TS podem ser colocadas como ferramenta de interesse coletivo, visando auxiliar na construção do saber e no uso da comunicação, já que “[...] foram trazidos para o debate, transformações na forma como o público se informa e se manifesta, intensificando o papel da internet [...]” (Dantas; Teixeira, 2020, p. 13). Evidenciando, assim, a relevância da realização de projetos desta natureza.

Referências bibliográficas

- Araújo, R. P. A., Penteadó, C. L. C. y Santos, M. B. P. (2015). Democracia digital e experiências de e-participação: webativismo e políticas públicas. *História, Ciências, Saúde*, 22(supl., dez.), 1597-1619.
- Bava, S. C. (2004). Tecnologia social e desenvolvimento local. In *Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento*. Fundação Banco do Brasil.
- Berger, P. L. y Luckmann, T. (1967). *The social construction of reality*. Doubleday.
- Castells, M. (2013). *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Zahar.
- Cellard, A. (2008). A análise documental. In J. Poupart, et al. (orgs.), *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Vozes.
- Costa, A. B. (2013) (org.). *Tecnologia Social e Políticas Públicas*. Instituto Pólis; Fundação Banco do Brasil.
- Creswell, J. W. (2010). *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto* (2ª ed.). Bookman.
- Dagnino, R. (2014). *Tecnologia social: contribuições conceituais e metodológicas*. EEDUEPB.
- Dantas, H. y Teixeira M. A. C. (2020). Conjuntura e desafios políticos o que sabemos sobre o estado da nossa democracia no Brasil e o que nos dizem os jovens? *Administração pública e gestão social*, 12(3).
- Della Porta, D. y Diani, M. (2006). *Social Movements: An Introduction* (2ª ed.). Blackwell.
- Denzin, N. K. y Lincoln, Y. (2006). Introdução: A disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In Denzin, N. K., y Lincoln, Y., *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens* (pp. 15-41). Artmed.
- Donthu, N. y Gustafsson, A. (2020). Effects of COVID-19 on business and research. *Journal of Business Research*, 117, 284–289. <https://doi.org/10.1016/j.jbusres.2020.06.008>
- Fonseca, R. y Serafim, M. (2009). A Tecnologia Social e seus arranjos institucionais. In Dagnino, R. (org.), *Tecnologia Social: ferramenta para construir outra sociedade*. Unicamp.
- Garcia, S. G. (2014). *A tecnologia social como alternativa para a reorientação da economia*. Estudos Avançados.
- Gohn, M. G. (2011). Movimentos sociais na contemporaneidade. *Revista Brasileira de Educação*.

- Gohn, M. G. (2016). *Mobilização da Juventude e Redes Sociais*. Anais da 68ª Reunião Anual da SBPC, Porto Seguro, BA, Julho.
- Gohn, M. G. (2018). Jovens na política na atualidade – uma nova cultura de participação. *Caderno CRH*, 31(82), 117-133. <https://doi.org/10.1590/S0103-49792018000100008>.
- Instituto de Tecnologia Social - ITS. (2004). *O que é a Tecnologia Social?* <http://itsbrasil.org.br/conheca/tecnologia-social/>
- Jenkins, H. (2009). *Cultura da convergência*. Aleph.
- Kischinhevsky, M. (2016). *Rádio e mídias sociais: mediações e interações radiofônicas em plataformas digitais de comunicação*. Ed. Mauad X.
- Kuckertz, A., Brändle, L., Gaudig, A., Hinderer, S., Morales Reyes, C. A., Prochotta, A., Steinbrink, K. M., y Berger, E. S. C. (2020). Startups in times of crisis – A rapid response to the COVID-19 pandemic. *Journal of Business Venturing Insights*, 13, e00169. <https://doi.org/10.1016/j.jbvi.2020.e00169>
- Lévy, P. (1999). *Cibercultura*. Ed. 34.
- Machado, J. A. S. (2007). Ativismo em rede e conexões identitárias: novas perspectivas para os movimentos sociais. *Sociologias*, 9(18), 248-285.
- Melucci, A. (2007). Juventude, tempo e movimentos sociais. *Juventude e contemporaneidade*, p. 29.
- Mesquita, G. y Mustafá, I. (2021). A função social das rádios-postes do Nordeste do Brasil, *Revista Brasileira de História da Mídia*, 10(1), 288-304.
- Ministério de Ciência e Tecnologia- MCT. (2011). *Tecnologias sociais: descrição da Tecnologia Social*, https://antigo.mctic.gov.br/mctic/opencvms/ciencia/politica_nacional/_social/Tecnologia_Social.html.
- Nelson, R. R. y Sampat, B. N. (2001). Las instituciones como factor que regula el desempeño económico. *Revista de Economía Institucional*.
- Neves, L. (2021). *Tecnologia Social: saiba o conceito, sua importância e exemplos*. <https://weni.ai/blog/tecnologia-social/#:~:text=O%20conceito%20de%20tecnologia%20social,t%C3%A3o%20adequado%20para%20uma%20sociedade>.
- Organização das Nações Unidas - ONU (2015). *Objetivos de desenvolvimento sustentável –ODS*. <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>
- Parveen, F., Jaafar, N. I., y Ainin, S. (2015). Social media usage and organizational performance: Reflections of Malaysian social media managers. *Telematics and Informatics*, 32(1), 67-78. <https://doi.org/10.1016/j.tele.2014.03.001>.
- Sachs, I. (2008). *Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado*. Garamond.
- Santos, L. S. G. (2017). *O Princípio da igualdade de gênero e a liberdade de expressão na página “Não me Khalo”*. [Trabalho de Bacharel em Comunicação Social, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – Ijuí].
- Tilly, C. (2010). Movimentos sociais como política. *Revista Brasileira de Ciência Política*, (3).
- Valente, J. y Rodrigues, A. (2021). *Violência contra as mulheres cresce em 20% das cidades durante a pandemia*. Agência Brasil. <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2021-08/violencia-contra-mulheres-cresce-em-20-das-cidades-durante-pandemia>.
- Warren, I. S. (2006). Das mobilizações às redes de movimentos sociais. *Sociedade e Estado*.
- Yin, R. (2016). *Compreendo a pesquisa qualitativa*. <https://www.sinopsyseditora.com.br/upload/produtos/pdf/2151.pdf>

Zhang, Y., Sun, J., Yang, Z., y Wang, Y. (2018). Mobile social media in interorganizational projects: Aligning tool, task and team for virtual collaboration effectiveness. *International Journal of Project Management*, 36(8), 1096–1108. <https://doi.org/10.1016/j.ijproman.2018.09.003>